

Superior Tribunal de Justiça

Caderno de Questões

NÍVEL SUPERIOR - DIREITO - SECRETARIA DOS ÓRGÃOS JULGADORES

Data: 20/10/2019

Número de questões: 40 (quarenta)

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

1. Verifique se este Caderno de Questões corresponde com o curso que você está matriculado, caso não seja, solicite a substituição para o fiscal da sala.
2. Não haverá substituição da Folha de Respostas, em caso de rasura a resposta será anulada. Preencher a folha pintando toda a bolinha, conforme exemplo: 
3. Cada candidato receberá um Caderno de Questões e uma Folha de Resposta com seu nome e CPF para transcrever as respostas da prova. Confira se os dados estão corretos.
4. A Folha de Resposta não será substituída em qualquer hipótese, devendo o candidato tomar o devido cuidado no seu manuseio e preenchimento.
5. Na correção da Folha de Resposta, será atribuída nota 0 (zero) às questões não assinaladas ou que contiverem mais de uma alternativa marcada ou emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois qualquer marca poderá ser lida pelas leitoras ópticas, prejudicando o desempenho do candidato.
6. O tempo previsto para aplicação das provas será de **2h00** min, não havendo, por qualquer motivo, prorrogação em virtude de afastamento de candidato da sala.
7. O candidato somente poderá levar o caderno de questões da prova objetiva faltando 30 (trinta) minutos para o final da prova.
8. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, IPOD, gravadores, pendrive, mp3 player ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, notebook, palmtop, Walkman, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc), livros, anotações, etc.
9. Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do processo o candidato que, durante a realização da prova:
 - *Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
 - *For surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
 - *Faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
 - *Se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
 - *Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
 - *Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.
10. Os cadernos e gabaritos provisórios serão divulgados no sítio do CIEE no dia **21/10/2019**.
11. As datas previstas para interposição dos recursos serão de dois dias úteis a contar da divulgação dos gabaritos.
12. Para interpor recurso, o candidato deverá preencher formulário específico, constante no Anexo XII, e enviar mensagem eletrônica para a caixa corporativa eucandidato@ciee.org.br, das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia.
13. Se do exame dos recursos resultarem anulação de questão, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.
14. Serão elaboradas listas de classificação, divididas por curso, em ordem decrescente de pontos obtidos.
15. Não será fornecido ao estudante comprovante de classificação no processo seletivo, valendo, para esse fim, as listas de classificação divulgadas no sítio do CIEE na internet.
16. O resultado definitivo será divulgado no dia **26/11/2019**, para os estudantes de nível médio, nível superior, no sítio do CIEE na internet.
17. O processo seletivo terá validade até 31/12/2020, podendo ser prorrogado a critério do STJ.
18. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes a este processo seletivo, os quais serão afixados no sítio do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE www.ciee.org.br, devendo manter atualizados seus dados cadastrais junto a esta instituição.
19. A participação no processo seletivo implica na concordância com todas as normas e condições contidas no Edital de Seleção e respectivo Termo Aditivo.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Silêncio e barulho

Pode parecer paradoxal querer falar sobre silêncio em se tratando de educação ou reeducação para o exercício da cidadania. Para sermos humanamente plenos, é indispensável que tenhamos sido treinados para lidar tanto com o barulho quanto com o silêncio.

Se o excesso de ruído embrutece, o silêncio absoluto nos enfraquece. Ambos nos impedem de notar nuances do mundo, absolutamente necessárias para que possamos antever o momento seguinte. Morreremos rápido se não formos capazes de antecipar a chegada de um carro, o estouro de uma boiada ou a queda de uma pedra.

Por outro lado, o silêncio é importante para nos humanizar. O aprendiz precisa ser capaz de focar no que vai aprender, e focar sem silêncio é difícil. Mas o aprendiz precisa não ter medo de se isolar do meio, e isso exige treino intensivo. Não se pode ter medo dos fantasmas do nosso mundo interno, que sempre surgem quando o mundo exterior se esvai.

O silêncio não é condição natural para os homens e muito menos para outros seres da escala animal. A escuta é um sinalizador da aproximação tanto do bem quanto do mal. É o ouvido que nos alerta de que é bom “dar no pé” depois de nos certificarmos também pelo olhar. O que escutamos é o que nos avisa para dar uma olhada. Mergulhar em um grande silêncio, profundo e longo, nos leva frequentemente ao medo. (...)

Quando imposto, vira castigo – recurso, aliás, muito usado em sistemas correccionais em que frequentemente se apela para o isolamento (a solitária nas prisões, o quarto escuro para as crianças). Por outro lado, esse mesmo silêncio é indispensável para adquirir ou fixar novos conhecimentos. Instaurar silêncio em local de estudo não deve ser punição, mas condição para que a aprendizagem ocorra. O silêncio é, pois, um fato ambíguo. Ele é necessário para que se percebam com clareza os ruídos que vêm para ameaçar nossa integridade, mas, sem eles, não podemos nos desenvolver nem emocional

nem intelectualmente. (...)

(MAUTNER, Anna Verônica. *Folha de São Paulo*, Equilíbrio. Janeiro de 2007. Com Adaptações.)

1. Considerando o trecho “Pode parecer paradoxal querer falar sobre silêncio em se tratando de educação ou reeducação para o exercício da cidadania. Para sermos humanamente plenos, é indispensável que tenhamos sido treinados para lidar tanto com o barulho quanto com o silêncio.” (1º§), é possível inferir que a expressão “paradoxal” caracteriza:

- (A) A validade de uma aparente incoerência.
- (B) A similaridade existente entre concepções opostas.
- (C) Receio, por parte da autora, ao expressar ideias tão conflituosas.
- (D) A condição natural e despreziosa entre o “silêncio” e o “barulho”.

2. Levando em consideração as ideias do texto, podemos afirmar que:

- (A) O excesso de barulho é importante para adquirir novos conhecimentos.
- (B) O aprendizado pleno está relacionado ao silêncio com certo enfraquecimento.
- (C) A concepção de silêncio está relacionada propriamente ao exercício da cidadania.
- (D) Às vezes é necessário que o silêncio seja imposto para que o conhecimento seja adquirido.

3. Considerando o excerto “Quando imposto, vira castigo – recurso, aliás, muito usado em sistemas correccionais em que frequentemente se apela para o isolamento (a solitária nas prisões, o quarto escuro para as crianças).” (5º§), a expressão “aliás” pode ser substituída, sem perda semântica, por:

- (A) Portanto.
- (B) Apesar de.
- (C) A propósito.
- (D) Certamente.

4. Em “Instaurar silêncio em local de estudo não deve ser punição, mas condição para que a aprendizagem ocorra.” (5º§),

considerando a relação de sentido estabelecida entre as orações, podemos afirmar que o termo assinalado expressa ideia de:

- (A) Escolha.
- (B) **Oposição.**
- (C) Consequência.
- (D) Acrescentamento.

5. Levando em consideração a classificação das palavras, analise as afirmativas transcritas do texto e assinale a associação INCORRETA.

- (A) “O silêncio é, pois, um fato ambíguo.” (5º§) – conjunção.
- (B) “O silêncio não é condição natural para os homens (...)” (4º§) – adjetivo.
- (C) **“O aprendiz precisa ser capaz de focar no que vai aprender, (...)” (3º§) – substantivo.**
- (D) “Se o excesso de ruído embrutece, o silêncio absoluto nos enfraquece.” (2º§) – pronome pessoal oblíquo.

6. Em “A escuta é um sinalizador da aproximação tanto do bem quanto do mal.” (4º§), a ação verbal evidencia um fato:

- (A) **Atual.**
- (B) Remoto.
- (C) Indefinido.
- (D) Executável.

7. Considerando a adequação linguística e a norma-padrão da Língua Portuguesa, há ERRO de concordância verbal em:

- (A) **Algum de vós conseguirei a bolsa de estudos?**
- (B) Faz anos que tento adquirir novos conhecimentos.
- (C) Existem, possivelmente, ruídos que ameaçam a nossa integridade.
- (D) A aprendizagem exige concentração e silêncio, haja vista ser um processo longo.

8. Assinale a afirmativa INCORRETA quanto à concordância nominal.

- (A) Que silêncio e tranquilidade preciosa!
- (B) Hoje temos menos punições em locais

de estudo.

- (C) Paciência é necessário para que a aprendizagem ocorra.
- (D) **É proibido a entrada de alunos barulhentos nas salas de aula.**

9. Evidencia ERRO de grafia a seguinte afirmativa:

- (A) O excesso de ruído na escola foi um vexame.
- (B) Saber silenciar oportunamente é uma grandeza.
- (C) **Aquelas crianças quiseram adquirir novos conhecimentos.**
- (D) Eles debocharam dos alunos que se isolaram dos barulhos.

10. Assinale a afirmativa que denota ERRO em relação à flexão dos substantivos compostos.

- (A) Os alunos foram isolados, como se fossem uns “joões-ninguém”.
- (B) Os decretos-lei são usados, geralmente, em sistemas correccionais de ensino.
- (C) **O silêncio e a atenção são os elementos-chaves da aprendizagem.**
- (D) Exercícios com quebra-cabeças têm aprimorado o conhecimento das crianças.

DIREITO CIVIL

11. A Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro dispõe sobre a aplicação das leis que começam a vigorar em todo o país, bem como sua interpretação e integração ao ordenamento jurídico. Sobre a aplicação e interpretação das leis, assinale a alternativa correta.

- (A) A meras correções do texto da lei em vigor não consideram-se lei nova.
- (B) Após o procedimento legislativo de criação da lei ser concluído, a lei nova passará a vigorar em detrimento da antiga, mesmo que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes.
- (C) **Existindo omissão da lei, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.**

<p>(D) A lei começa a vigorar em todos o país três meses depois de oficialmente publicada.</p>	<p>se exercitam e cumprem os direitos e obrigações do contrato.</p>
<p>12. De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes os menores de dezesseis anos, tornando-se relativamente incapaz dos dezesseis aos dezoito. É só com dezoito anos que o menor fica habilitado à prática de todos os atos da vida civil. Contudo, existem hipóteses que a incapacidade para os menores será cessada. Assinale a alternativa que indique duas dessas hipóteses.</p> <p>(A) Sentença judicial se for menor que dezesseis anos e pela colação de grau do Ensino Médio.</p> <p>(B) Pelo casamento e pela concessão dos pais por instrumento particular.</p> <p>(C) Pelo exercício de emprego público efetivo e pela colação de grau em curso de ensino superior.</p> <p>(D) Pelo estabelecimento civil ou comercial ou pela formação no Ensino Fundamental.</p>	<p>(A) V / V / F / V (B) F / F / V / V (C) V / F / F / V (D) V / V / F / F</p> <p>14. No negócio jurídico há uma composição de interesses, com manifesta vontade para criar, adquirir, transferir, modificar ou extinguir direitos. De acordo com o Código Civil, os negócios jurídicos podem ser nulos ou anuláveis. Assinale a alternativa que indique o motivo do negócio jurídico ser nulo.</p> <p>(A) Quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal.</p> <p>(B) Quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.</p> <p>(C) Quando a causa do negócio jurídico for realizada por dolo acidental.</p> <p>(D) Quando realizado por coação exercida por terceiro.</p>
<p>13. Derivado de “domus”, domicílio é o lugar onde se localiza os interesses das pessoas, é sua sede jurídica já que há o “animus” de permanência definitiva. Sobre o domicílio, analise as proposições abaixo e, considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.</p> <p>() Se a pessoa natural possuir diversas residências, configurando a pluralidade de domicílio, considerar-se-á qualquer uma delas como domicílio.</p> <p>() Caso a pessoa natural não tenha residência habitual, como por exemplo os ciganos, os andarilhos, os artistas circenses etc., considera-se como domicílio o local onde for encontrada.</p> <p>() O domicílio legal ou necessário é aquele imposto pela lei. Em suma, apenas o preso possui domicílio necessário, qual seja, o presídio.</p> <p>() O foro de eleição consiste na escolha, pelos contratantes, do domicílio onde</p>	<p>15. O titular do direito não pode exigir judicialmente seu cumprimento forçado caso não tenha vencido o prazo estipulado. Nessa hipótese, o Código Civil afirma que não corre a</p> <p>(A) Preclusão. (B) Prescrição. (C) Perempção. (D) Decadência.</p> <p>16. O negócio jurídico, para que produza efeitos no mundo jurídico, deverá ser válido. Sua validade está condicionada a certos requisitos. Abaixo estão relacionados alguns:</p> <p>I. agente capaz. II. a condição, o termo ou o encargo. III. forma prescrita ou não defesa em lei. IV. local do cumprimento. V. objeto lícito, possível, determinado ou determinável.</p> <p>As proposições que indicam apenas os requisitos essenciais são, somente,</p>

- (A) II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II, III e V.
- (D) I, III e V.**

- (B) 3 / 2 / 1 / 4
- (C) 4 / 1 / 2 / 3
- (D) 1 / 3 / 4 / 2**

17. Ato ilícito descreve qualquer ato que não seja permitido legalmente. O Código Civil dispõe de duas hipóteses de não constituição de atos ilícitos. É correto afirmar que NÃO constituem como ato ilícito:

- (A) a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.**
- (B) a violação de direito e danos a outrem por omissão voluntária.
- (C) a negligência ou imprudência que causem dano moral.
- (D) exceder manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

DIREITO CONSTITUCIONAL

18. A Constituição é o objeto do Direito Constitucional, sendo a lei fundamental do Estado, pois consiste no conjunto de normas que organiza os elementos constitucionais. A Constituição possui, dentre outras, classificações quanto à origem e à extensão. Relacione as colunas abaixo e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

Classificação			Conceito
1.	Sintética	()	Apenas as normas constitucionais trazem a estrutura do Estado.
2.	Analítica	()	Fruta da vontade popular, elaborada pelos representantes eleitos.
3.	Promulgada	()	Imposta ao povo pelo governante.
4.	Outorgada	()	Outras normas, além das constitucionais, estruturam o Estado.

- (A) 2 / 4 / 3 / 1

19. A interpretação constitucional obedece a princípios, os quais auxiliam na interpretação de todas as normas transcritas no texto. Sobre os princípios fundamentais de interpretação das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Pelo Princípio da Máxima efetividade dos Direitos Fundamentais prevalece sempre o direito fundamental baseado na proporcionalidade e razoabilidade, buscando a mais ampla eficiência social.**
- (B) Respeitando o Princípio da Unidade Constitucional, as normas constitucionais devem ser interpretadas adotando-se o sentido que seja compatível com o texto constitucional.
- (C) Pelo Princípio de Interpretação, conforme a Constituição, a eficácia da interpretação das normas constitucionais se baseará na supremacia da Constituição em relação às demais normas.
- (D) Pelo Princípio da Supremacia da Constituição, a norma constitucional deve ser orientada pela própria, reiterando sua unidade, devendo ser interpretada como um todo.

20. O Supremo Tribunal Federal considerou legítima a união homoafetiva como entidade familiar:

“a extensão, às uniões homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas de gênero distinto justifica-se e legitima-se pela direta incidência, dentre outros, dos princípios constitucionais da igualdade, da liberdade...”

Essa e outras decisões do STF foram pautadas em um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Assinale a alternativa que traz referido fundamento.

- (A) Soberania.
- (B) Cidadania.

(C) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

(D) Dignidade da pessoa humana.

21. A Constituição Federal, em seu artigo 5º, dispõe sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, indicando, inicialmente, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

I. O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

II. Apenas as ações de *habeas corpus* são gratuitas, sendo que para as ações de *habeas data* a gratuidade deverá ser apreciada pelo juiz.

III. O Estado indenizará o condenado por erro judiciário.

IV. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.

É correto o que se afirma apenas em

(A) I, III e IV.

(B) I e II.

(C) I, II e IV.

(D) III e IV.

22. A Constituição Federal possui normas em relação ao Poder Judiciário e seus respectivos órgãos. Dentre essas disposições, estão as garantias gozadas pelos juízes. Assinale a alternativa que NÃO traz uma garantia ao magistrado.

(A) Inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.

(B) Vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após dois anos de exercício.

(C) Dedicção à atividade político-partidária.

(D) Irredutibilidade de subsídio, salvo disposições legais.

23. O Superior Tribunal de Justiça foi criado pela Constituição Federal de 1988, com disposições de organização e competência. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

(A) É composto por onze ministros, nomeados pelo presidente, com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos.

(B) Compete ao STJ processar e julgar originalmente a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

(C) Compete ao STJ processar e julgar a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.

(D) Um terço dos Ministros do STJ serão escolhidos dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais, indicados em lista tríplice elaborada pelo próprio Tribunal.

24. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional. Porém, a Constituição Federal traz vedações aos membros do Ministério Público. Assinale a alternativa que indique uma das referidas vedações.

(A) Exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, sem exceções.

(B) Defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

(C) Participar de sociedade comercial, na forma da lei.

(D) Exercer o controle externo da atividade policial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

25. Quando a lei for omissa em relação aos prazos processuais, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade dos atos processuais. Ademais, inexistindo prazo legal ou determinação de prazo pelo juiz, o Código de Processo Civil estabelece o prazo de _____ dias para a prática do ato. Por fim, seja o prazo judicial ou legal, a contagem será feita em dias _____.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas do trecho acima.

(A) cinco / corridos

(B) dez / úteis

(C) cinco / úteis

(D) dez / corridos

26. A competência consiste na relação de adequação legítima entre a causa e o órgão jurisdicional. Caso uma ação seja distribuída posteriormente a outra com identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido é mais amplo, abrangendo os demais, será proferida sentença sem resolução de mérito em uma delas ou serão necessariamente reunidas, modificando, eventualmente, a competência. Nesse caso ocorre a

- (A) **continência.**
- (B) conexão.
- (C) litispendência.
- (D) coisa julgada.

27. O Juiz, sendo um dos sujeitos do processo, dirigirá o processo conforme as disposições legais, possuindo deveres e funções:

- I. velar pela duração razoável do processo.
- II. determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa.
- III. redigir, na forma legal, os ofícios, os mandados, as cartas precatórias.
- IV. decidir o mérito nos limites propostos pelas partes
- V. fornecer certidão de qualquer ato ou termo do processo.

É correto o que está contido apenas em

- (A) III e IV.
- (B) **I, II e IV.**
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, II, IV e V.

28. O direito ao contraditório e à ampla defesa, atribuído ao réu da ação, se viabiliza com a citação, que possui diversas formas e requisitos. Sobre o tema, assinale a alternativa que indica duas modalidades de citações fictas.

- (A) Por correio e pessoalmente.
- (B) Por oficial de justiça e por meio eletrônico.
- (C) Por edital e por correio.
- (D) **Por hora certa e por edital.**

29. De acordo com o Código de Processo Civil, é lícito o réu propor reconvenção, conexa com a ação principal ou com fundamento da defesa, para manifestar pretensão própria. Sobre a reconvenção, assinale a alternativa correta.

- (A) A reconvenção só pode ser proposta pelo réu contra o autor, inexistindo a possibilidade de litisconsórcio ativo e passivo.
- (B) A desistência da ação inicial é causa extintiva da reconvenção.
- (C) Proposta a reconvenção, o autor terá prazo de 5 (cinco) dias para apresentar resposta.
- (D) **O réu pode propor reconvenção independentemente de oferecer contestação.**

30. A Constituição Federal prevê as hipóteses de cabimento dos recursos Extraordinário e Especial, sendo que, em regra, o Recurso Especial é interposto para análise de direito infraconstitucional, enquanto o Extraordinário para análise de questões de Direito Constitucional. De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta sobre o Recurso Especial.

- (A) O Recurso Especial é interposto perante o presidente do Superior Tribunal de Justiça, em petição que conterá a exposição do fato e do direito, a demonstração do cabimento do recurso, as razões do pedido de reforma.
- (B) Cabe ao relator do Superior Tribunal de Justiça negar seguimento ao recurso interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento jurisprudencial da corte.
- (C) **Se já distribuído o Recurso Especial, o pedido de concessão de efeito suspensivo poderá ser formulado por requerimento dirigido ao relator do Superior Tribunal de Justiça.**
- (D) O Superior Tribunal de Justiça negará seguimento ao recurso tempestivo com qualquer vício formal.

31. Na fase de cumprimento de sentença de uma ação indenizatória, o requerente pleiteou ao juiz a penhora do veículo do réu. O juiz indeferiu o pedido com fundamentos legais. O requerente, não concordando com a decisão, por meio de seu advogado, deverá interpor o recurso de

- (A) agravo de instrumento.
- (B) apelação.
- (C) agravo interno.
- (D) embargos de declaração.

32. Sobre os embargos de declaração, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se admite embargos de declaração para decisões terminativas, devendo ser interposto recurso de apelação ou agravo de instrumento.
- (B) Cabem embargos de declaração para esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão, sendo rejeitados caso interposto apenas para corrigir erro material.
- (C) Os embargos de declaração serão opostos no prazo de 10 (dez) dias, sendo o embargado intimado a se manifestar no mesmo prazo.
- (D) Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

33. Sobre o inquérito policial, que apura infrações penais e sua autoria, é correto afirmar que

- (A) a autoridade policial, responsável por iniciar de ofício todo e qualquer inquérito policial, poderá arquivá-lo a qualquer tempo.
- (B) todas as peças do inquérito policial serão, num só processado, reduzidas a escrito ou datilografadas e, neste caso, rubricadas pela autoridade.
- (C) não há segurança pelo sigilo do inquérito policial, sendo a autoridade policial obrigada a elucidar o fato, pelo interesse da sociedade.

(D) não há recurso para o despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito.

34. O Código de Processo Penal determina a competência jurisdicional da ação penal, sendo que constitui regra a determinação da competência pelo(a) _____. Contudo, se não conhecido(a), a competência regular-se-á pelo(a) _____.

Assinale a alternativa que completa correta e respectivamente as lacunas do trecho acima.

- (A) natureza da infração / prevenção
- (B) domicílio do réu / prerrogativa de função
- (C) lugar da infração / domicílio do réu
- (D) distribuição / continência

35. Abaixo estão proposições sobre a sentença penal e suas consequências:

- I. o prazo para que as partes peçam ao juiz que declare a sentença é de 2 (dois) dias.
- II. na sentença absolutória, o juiz, se cabível, aplicará medida de segurança.
- III. o dispositivo é requisito dispensável na sentença penal.
- IV. se o réu estiver preso, a intimação da sentença será feita pessoalmente.

É correto o que se afirma apenas em

- (A) II e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV.

36. O escrivão da polícia lavra documento, que será assinado pela autoridade policial, que designará a pessoa, por seu nome, alcunha ou sinais característicos, mencionará a infração penal cometida e declarará o valor da fiança arbitrada, em caso de infração afiançável. Após, entregará a quem tiver qualidade para executar o documento. Assinale a alternativa que contém o documento expresso no enunciado.

- (A) Inquérito policial.

- (B) Carta Precatória Penal.
(C) Despacho de ação penal.
(D) **Mandado de prisão.**

37. Assinale a alternativa que traz o recurso correto a ser interposto contra decisões do Tribunal do Júri quando a sentença do juiz-presidente for contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.

- (A) **Apelação.**
(B) Recurso em sentido estrito.
(C) Embargos de declaração.
(D) Recurso Especial.

38. A homologação de sentença estrangeira objetiva dá executoriedade interna e externa às sentenças proferidas em outro país. Acerca do tema, assinale a alternativa INCORRETA, em conformidade com o Código de Processo Penal.

- (A) As sentenças estrangeiras deverão ser previamente homologadas pelo Supremo Tribunal Federal.
(B) A sentença estrangeira será homologada se revestida de formalidades necessárias, de acordo com a legislação do país de origem.
(C) A sentença estrangeira estará acompanhada de tradução, feita por tradutor público, para ser homologada.
(D) **Sendo distribuído o requerimento de homologação da sentença estrangeira, o interessado será intimado a apresentar apelação em quinze dias.**

39. O Código de Processo Penal, seguindo a Carta Magna, lista os crimes infiançáveis, os quais a autoridade policial ou o juiz não poderá conceder qualquer valor como fiança. Em relação à fiança concedida para alguns crimes, assinale a alternativa correta.

- (A) Sendo fixado o valor da fiança, a autoridade não poderá reforçar a fiança se, por engano, for insuficiente.
(B) **Julga-se quebrada a fiança se o acusado praticar nova infração penal dolosa.**
(C) A fiança deverá ser paga apenas em moeda nacional, não sendo aceitos

objetos, pedras ou metais preciosos, bem como hipotecas.

- (D) É permitida a fixação e prestação da fiança até a distribuição da ação penal, não sendo possível a autoridade concedê-la após essa data.

40. A citação inicial, em regra, é feita por duas formas, a depender do local onde se encontra o réu. A primeira, e mais comum, é feita caso o réu esteja no território sujeito à jurisdição do juiz que ordenar a citação. A segunda, é feita se o réu estiver fora da jurisdição do juiz processante. Assinale a alternativa que contém, respectivamente, as maneiras de citação dispostas no enunciado.

- (A) **Mandado de citação e precatória.**
(B) Citação eletrônica e correios.
(C) Edital e carta rogatória.
(D) Mandado de citação e correios.

Boa prova!